

# **PLANO NACIONAL PARA A JUVENTUDE**

(2018 – 2021)

**Relatório Intercalar - 2019**

# Índice

<b>Introdução</b> .....	4
<b>Análise dos Dados Reportados</b> .....	8
<b>Dados por Domínios-Chave, Temas-Chave e Planos de Ação Sectoriais</b> .....	9
<b>Domínios-Chave</b> .....	9
<b>Educação Formal e Não formal</b> .....	9
<b>Emprego</b> .....	10
<b>Habitação</b> .....	11
<b>Saúde</b> .....	12
<b>Temas-Chave</b> .....	13
<b>Ambiente e Desenvolvimento Sustentável</b> .....	13
<b>Governança e Participação</b> .....	14
<b>Igualdade e Inclusão Social</b> .....	15
<b>Planos de Ação Sectoriais</b> .....	16
<b>Administração interna</b> .....	16
<b>Agricultura (Florestas e Desenvolvimento Rural)</b> .....	17
<b>Cultura</b> .....	18
<b>Defesa</b> .....	18
<b>Desporto</b> .....	19
<b>Justiça</b> .....	20
<b>Mar</b> .....	20
<b>Resultados Globais</b> .....	21
<b>PNJ - Análise comparativa 2018 e 2019</b> .....	30
<b>Considerações finais</b> .....	32
<b>LISTA DE ABREVIATURAS</b> .....	34

**Anexo I** – PNJ - Metas 2019 – Modelo de Instrumento de Recolha de Informação

**Anexo II** – PNJ – Tabela de Reporte – Medidas 2019

## Índice de Gráficos

<i>Gráfico 1. – Educação Formal e Não Formal – Estado das medidas com meta em 2019 .....</i>	<i>10</i>
<i>Gráfico 2. – Emprego – Estado das medidas com meta em 2019.....</i>	<i>11</i>
<i>Gráfico 3. – Habitação – Estado das medidas com meta em 2019.....</i>	<i>12</i>
<i>Gráfico 4. – Saúde – Estado das medidas com meta em 2019 .....</i>	<i>13</i>
<i>Gráfico 5. – Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Estado das medidas com meta em 2019</i>	<i>14</i>
<i>Gráfico 6. – Governança e Participação – Estado das medidas com meta em 2019 .....</i>	<i>15</i>
<i>Gráfico 7. – Igualdade e Inclusão Social – Estado das medidas com meta em 2019 .....</i>	<i>16</i>
<i>Gráfico 8. – Administração Interna – Estado das medidas com meta em 2019 .....</i>	<i>17</i>
<i>Gráfico 9. – Agricultura (Floresta e Desenvolvimento Rural) – Estado das medidas com meta em 2019.....</i>	<i>17</i>
<i>Gráfico 10. – Cultura – Estado das medidas com meta em 2019 .....</i>	<i>18</i>
<i>Gráfico 11. – Defesa – Estado das medidas com meta em 2018 .....</i>	<i>19</i>
<i>Gráfico 12. – Desporto – Estado das medidas com meta em 2019.....</i>	<i>19</i>
<i>Gráfico 13. – Justiça – Estado das medidas com meta em 2019 .....</i>	<i>20</i>
<i>Gráfico 14. – Mar – Estado das medidas com meta em 2019 .....</i>	<i>21</i>
<i>Gráfico 15. – Dados Globais - Estado das medidas com metas de execução em 2019.....</i>	<i>23</i>
<i>Gráfico 16. – Dados Globais - Estado das medidas com metas de execução em 2018.....</i>	<i>30</i>
<i>Gráfico 17. –Dados Globais - Estado das medidas com metas de execução em 2019.....</i>	<i>31</i>
<i>Gráfico 18 – Dados comparativos - Medidas 2018 e 2019 .....</i>	<i>31</i>

# Plano Nacional para a Juventude

## Relatório Intercalar 2019

### Introdução

A Resolução do Conselho de Ministros nº 114-A/2018, publicada em Diário da República de 4 de setembro de 2018, aprovou o Plano Nacional para a Juventude 2018-2021, enquanto instrumento político que visa a transversalidade das políticas de juventude e o reforço da proteção especial dos direitos das pessoas jovens, conforme recomendado no nº1, do artigo 70º, da Constituição da República Portuguesa.

Assumindo-se como instrumento de coordenação intersectorial da política da Juventude em Portugal, o Plano Nacional para a Juventude (PNJ) torna-se o primeiro documento estratégico que sistematiza políticas, programas, iniciativas e projetos de, para e pela juventude, cuja responsabilidade de execução compete a diferentes áreas governativas, exigindo-se, em muitas situações, a partilha de responsabilidades e de recursos de várias entidades de âmbito nacional, regional e local.

Aquela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) designou, ainda, como entidade coordenadora do PNJ, o Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ, I.P.), que assumiu as seguintes competências:

- . compilar e divulgar, anualmente, as medidas para execução do PNJ, apresentadas por cada área governativa, que lhe são remetidas em tempo;

- . acompanhar as áreas governativas e entidades da Administração Pública na execução das medidas que se proponham desenvolver no âmbito do PNJ solicitando, sempre que necessário, informações sobre o respetivo processo de implementação, execução e avaliação;

- . elaborar, anualmente, um relatório intercalar sobre a execução das medidas que integram o PNJ, a enviar ao membro do Governo da tutela, até 31 de janeiro de cada ano civil;

- . elaborar um relatório final de execução das medidas do PNJ, até ao final do primeiro trimestre seguinte ao termo da respetiva vigência, dele dando conhecimento ao membro do governo da tutela.

De referir ainda que, os relatórios de execução referidos são alvo de análise por parte da Comissão de Acompanhamento do PNJ, criada pelo IPDJ, I.P., e constituída por representantes do próprio IPDJ, I.P. (que preside); do Conselho Nacional de Juventude; da Federação Nacional de Associações Juvenis e por personalidade de reconhecido mérito no setor, designado pelo membro do Governo responsável por esta área.

Assim, nos termos do nº 7, alínea d), daquela Resolução do Conselho de Ministros, foi nomeada como personalidade de reconhecido mérito a Doutora Magda Landa Mira Nico, atendendo à sua experiência no setor, através do Despacho nº 11/2019, do Gabinete do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, publicado em Diário da República, a 2 de janeiro de 2019.

O IPDJ, I.P., assume ainda um acompanhamento permanente da execução das medidas que integram o PNJ, por meio de contactos regulares com as diferentes áreas governativas / entidades envolvidas, através de reuniões com os respetivos pontos focais (quer conjuntas, quer individualmente) e de contactos via *e-mail* e/ou telefónicos, sempre que necessário.

Pese embora não esteja definido nas competências do IPDJ, I.P., no âmbito deste trabalho de acompanhamento foi elaborado, em setembro passado, o Relatório de Monitorização 2019 do PNJ, que permitiu avaliar o nível de execução das medidas, bem como o estado em que se encontrava, à data de 31 de julho.

Este processo de acompanhamento e monitorização imprime uma gestão ativa e dinâmica da execução do PNJ, permitindo uma atuação atempada, sempre que se verifiquem desvios / constrangimentos ao cumprimento dos indicadores e/ou metas definidas.

Terminado o ano de 2019, e cumprindo com o estipulado na alínea c), do nº 4 da Resolução do Conselho de Ministros, o IPDJ, I.P., enquanto entidade coordenadora do PNJ, apresentou, em janeiro 2020 a primeira versão do Relatório Intercalar sobre a execução das medidas que integram o PNJ - Plano de Ação 2019, elaborado com os dados reportados, entre 17 de dezembro e 24 de janeiro, pelas Áreas Governativas / entidades / serviços do IPDJ, I.P. envolvidos, através dos respetivos pontos focais.

Este Relatório Preliminar cumpriu, assim, com a data oficial de entrega do relatório intercalar, 31 de janeiro, definida na Resolução do Conselho de Ministros. Foi elaborado com os dados disponíveis à data do reporte, apresentando as lacunas óbvias, em termos de conteúdo e de análise, dada a ausência de reportes de 4 Áreas Governativas e de 4 entidades envolvidas.

A este nível reforça-se que, a experiência relativa à elaboração do primeiro Relatório Intercalar do PNJ, em 2018, mostra que a data de 31 de janeiro se apresenta como prematura atendendo, não apenas aos procedimentos a desenvolver na recolha, tratamento e análise dos dados (quantitativos e qualitativos) reportados, mas também às dinâmicas internas de cada entidade, que não possui dados tratados, relativos ao ano em análise, para envio na 1ª quinzena do ano seguinte, ao IPDJ, I.P..

Acresce que o parecer da Comissão de Acompanhamento do PNJ ao Relatório Intercalar da Execução das medidas no ano de 2018 reforça a necessidade de “Deslocação oficial do calendário dos relatórios e pareceres”, recomendando que a alteração do *timing* de recolha de informação e tratamento da mesma para o fim do primeiro trimestre, início do segundo trimestre de cada ano, iria contribuir para melhorar o processo de recolha e análise dos dados, e consequentemente, a elaboração dos respetivos relatórios intercalares.

Ainda assim, em janeiro do ano em curso foi possível, com base nos dados disponíveis à data, elaborar o Relatório Intercalar – Dados Preliminares, que permitiu perceber o nível de execução das medidas que integram o Plano de Ação 2019 do PNJ, nomeadamente as 156 medidas reportadas, das 219 medidas com metas a 2019, tendo ficado sem reporte 63 medidas. Ou seja, nesta fase conseguimos resultados de 71% do total das medidas.

Não constituindo esta a sua versão final foi assumido, e superiormente aprovado, o complemento desse relatório nos primeiros meses de 2020.

Assim, para a versão final do relatório intercalar, que se pretende o mais completo e rigoroso possível, o prazo de receção de reportes estendeu-se por todo o mês de Março e meados de Abril, altura em que se fechou o prazo para receção de informação.

A recolha de informação quantitativa e qualitativa junto das áreas governativas e entidades envolvidas foi efetuada através de um documento em formato Excel - instrumento de recolha de informação/avaliação das medidas -, cujo modelo se anexa.

De referir que, está em curso, no IPDJ, I.P., o desenvolvimento de uma plataforma informática que permita a recolha, a análise e o tratamento dos dados para avaliação do PNJ, com maior facilidade e rigor, simplificando, assim, o trabalho de quem reporta e o trabalho de quem analisa os dados.

Da lista de Áreas Governativas / entidades envolvidas no PNJ, que se apresenta abaixo, todas reportaram ao IPDJ, I.P., as medidas da sua responsabilidade, à exceção de duas áreas governativas: o MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros e o MCTES – Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Foram, igualmente, considerados os reportes dos vários serviços internos do IPDJ, I.P. com responsabilidade / envolvimento na execução de medidas do PNJ, nomeadamente: o Departamento de Juventude; Departamento do Desporto; Departamento de Informação, Comunicação e Relações Internacionais; Departamento de Formação e Qualificação; Centro Desportivo Nacional do Jamor e o Plano Nacional de Ética no Desporto.

<b>Área de Governo</b>	<b>Entidade</b>
Ministério da Educação	Direção-Geral da Educação
	Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares
	Direção-Geral de Estatística da Educação e Ciência
	ANQEP, I.P.
Ministério da Administração Interna	Guarda Nacional República (GNR)
	Polícia de Segurança Pública (PSP)
	Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária
	Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
Ministério da Agricultura	Gabinete do Ministro
Ministério do Ambiente e Ação Climática	Secretaria Geral do Ministério do Ambiente
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Gabinete do Ministro CTES
Ministério da Cultura	Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais
Ministério da Defesa Nacional	Divisão de Incentivos e Reinserção Profissional
	Direção Geral de Recursos de Defesa Nacional

Ministério da Economia e da Transição Digital	Ministério da Economia
Ministério das Finanças	Divisão de Governação Económica do Departamento de Política e Governação Europeia do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais
Ministério da Justiça	PGR – Procuradoria Geral da República
	Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
	Direção Geral Política e Justiça
Ministério do Mar	Direção Geral de Política do Mar
Ministério dos Negócios Estrangeiros	Ministério dos Negócios Estrangeiros
Ministério do Planeamento	Agência para o Desenvolvimento e Coesão
Ministério da Presidência	Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
	Alto Comissariado para as Migrações
	Agência para a Modernização Administrativa
Ministério da Saúde	Direção Geral da Saúde
Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	Instituto de Emprego e Formação Profissional
	Instituto da Segurança Social
	Instituto Nacional para a Reabilitação
	Gabinete da Secretaria de Estado IPD
Ministério das Infraestruturas e Habitação	Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana

## Análise dos Dados Reportados

Decorrido o mencionado processo de avaliação apresentam-se, de seguida, os dados globais relativos às medidas do PNJ, com metas para 2019, organizados por **Domínios-Chave** - Educação Formal e Não Formal; Emprego; Habitação; Saúde; **Temas-Chave** - Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Governança e Participação; Igualdade e Inclusão Social e **Planos de Ação Sectoriais**, delineados pelas Áreas Governativas da Administração Interna, Agricultura; Cultura; Defesa; Desporto; Justiça e Mar.

Para além disso, a sua estrutura inclui, ainda, as prioridades de cada Eixo e os respetivos objetivos estratégicos, aos quais correspondem os objetivos operacionais que, por sua vez, lhes estão associadas um conjunto de medidas, cuja responsabilidade de execução compete a diferentes áreas governativas, muitas delas exigindo uma partilha de responsabilidades e de recursos de várias entidades de âmbito nacional, regional e local. Para cada medida / atividade encontram-se associados indicadores de execução e respetiva meta anual.

De salientar que, a cada medida que integra o PNJ está associado o ODS – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável que visa prosseguir, o que nos indica que aquele configura, na prática, o principal instrumento de prossecução e implementação dos ODS no contexto nacional em matérias de políticas de Juventude.

Na construção do PNJ, a questão dos ODS foi colocada por diferentes grupos de interessados, designadamente pelos jovens, daí que constem expressamente do Plano, com destaque para o ODS 17 – Estabelecimento do Parcerias para a Implementação dos Objetivos, o ODS 3 – Saúde de Qualidade, o 10 – Reduzir as Desigualdades e o 4 – Educação de Qualidade.

De referir ainda que a sua operacionalização reflete também os 19 compromissos assumidos na Declaração Lisboa +21 sobre Políticas e Programas para a Juventude, resultante da Conferência Mundial de Ministros responsáveis pela Juventude 2019 e o Fórum da Juventude, realizados nos dias 22 e 23 de junho de 2019, em Lisboa.

Para apoio à leitura dos dados apresentados seguidamente, anexa-se a **Tabela de Reporte** das Medidas previstas para 2019, devidamente preenchida com os dados quantitativos, qualitativos, estado das medidas e constrangimentos à execução (quando não executadas e/ou se tenham registado dificuldades na execução), enviados ao IPDJ, I.P., por parte dos pontos focais designados pelas Áreas Governativas / entidades envolvidas.

Ressalva-se ainda que, a totalidade de medidas que constituem o Plano de Ação de 2019, do PNJ, inclui **14 medidas com metas de 2018** que, por não terem sido executadas em tempo, transitaram para 2019 e **22 medidas cuja meta não está definida**, logo a serem executadas mediante disponibilidade e/ou existência de condições para o efeito, por parte das entidades responsáveis.

## Dados por Domínios-Chave, Temas-Chave e Planos de Ação Sectoriais

Organizando, agora, os dados reportados por **Domínios-Chave, Temas-Chave e Planos de Ação Sectoriais** delineados pelas Áreas governativas da Administração Interna; Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural; Cultura; Defesa; Desporto; Justiça e Mar, obtemos os resultados apresentados abaixo.

Salienta-se que, para apreciação da execução das medidas foi definida uma escala, permitindo uma avaliação mais objetiva do desempenho de cada área.

Assim, as áreas com menos de 24% de medidas concluídas, parcialmente concluídas e em curso, serão classificadas com desempenho Muito Insatisfatório; as que tenham resultados entre 25% a 49% das medidas com os mesmos estados, serão classificadas com desempenho Insatisfatório; com resultados entre 50% e 74% terão classificação Satisfatória; entre 75% e 89% serão classificadas com desempenho Bom e, por fim, as áreas cujas medidas concluídas, parcialmente concluídas e em curso integrem uma percentagem de 90% a 100% terão uma classificação de Excelente.

### Domínios-Chave

#### Educação Formal e Não formal

***Prioridade:** Garantir a efetivação do direito ao ensino e à educação numa perspetiva holística e inclusiva, designadamente aproximando os domínios das não formal e informal ao sistema educativo formal, centrando-se no desenvolvimento e reconhecimento de competências, com vista à integração das pessoas jovens na vida ativa e ao exercício da cidadania e da participação cívica, considerando as suas condições específicas.*

O domínio da Educação Formal e Não formal apresenta-se como uma área de grande importância atendendo à abrangência e à transversalidade na vida de cada cidadão/ã.

A educação formal é a que ocorre no sistema regular de ensino, tendo currículos e regras de certificação definidas. Pelo contrário, a educação não-formal ocorre fora do sistema de ensino. É voluntária, baseando-se na motivação intrínseca para a aprendizagem.

Enquanto direito constitucional, a educação é um processo constante e a conjugação dos diferentes tipos de educação, aprendizagens, conhecimentos ao longo da vida formam o/a cidadão/ã, enquanto ser único.

No âmbito do PNJ, e salvaguardando a importância da educação formal no processo formativo dos/as jovens, pretende-se promover a valorização e o reconhecimento das aprendizagens não formais e informais na certificação das/os estudantes, conscientes da sua influência no desenvolvimento escolar, pessoal, social, cultural, entre outros, de cada pessoa.

Com essa finalidade foram definidas, para 2019, a execução de 25 medidas associadas a este Domínio-Chave. Destas, **15 foram reportadas**, tendo ficado sem reporte 10 medidas.

Das medidas reportadas, 8 foram *executadas / concluídas*; 5 estão com processo de execução *em curso*; 2 não foram realizadas, tendo ficado *por iniciar*.

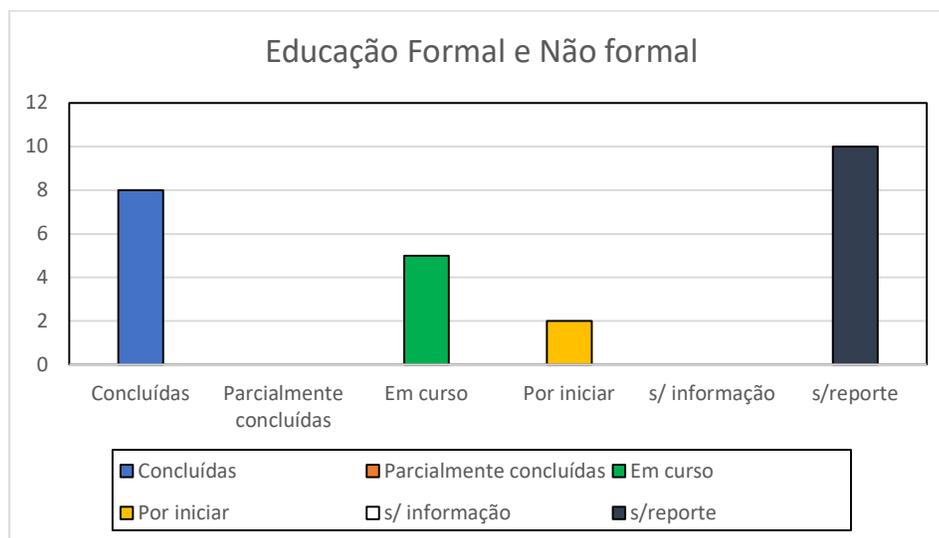


Gráfico 1. – Educação Formal e Não Formal – Estado das medidas com meta em 2019

Pese embora não tenham sido reportadas 10 medidas que integram este Domínio-Chave, mas contabilizando as medidas reportadas com estados de execução *concluídas* e *em curso*, obtemos uma percentagem de 52%, pelo que consideramos o seu nível de execução como Satisfatório.

## Emprego

**Prioridade:** Promover a efetivação do direito ao emprego digno e inclusivo, generalizando um mais rápido e melhor acesso ao primeiro emprego e combatendo a precariedade, com vista à sustentabilidade do processo emancipatório e criação de autonomia das pessoas jovens.

O desemprego e o acesso ao 1º emprego constituem duas grandes preocupações das/os jovens portuguesas, de acordo com estudos recentes. Estas são também preocupações do Governo que tem vindo a desenvolver medidas e programas que contribuam para inverter esta situação, facilitando os respetivos processos de integração.

Assim, tendo como objetivo a eliminação de barreiras no acesso ao emprego e formação profissional dos jovens foram definidas, neste PNJ, um conjunto de medidas / atividades, com metas definidas para 2019, as quais se apresentam seguidamente, com os respetivos resultados.

Das **11 medidas** que incorporam o Domínio-Chave do Emprego, **8 foram reportadas** pelas Áreas Governativas/entidades envolvidas, não tendo sido reportadas 3 medidas. Das 8 medidas reportadas, 6 foram *executadas/concluídas* e 2 não foram executadas, tendo ficado *por iniciar*.

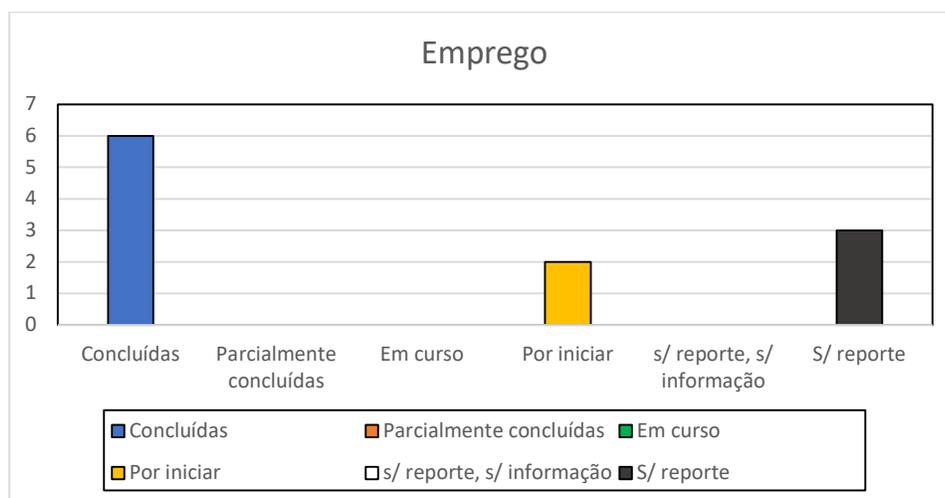


Gráfico 2. – Emprego – Estado das medidas com meta em 2019

Assim, face aos resultados apresentados, observa-se que o nível de execução das medidas no âmbito deste Domínio-Chave foi Satisfatório, com uma percentagem de 54,5%.

## Habitação

**Prioridade:** Promover a efetivação do direito à habitação, garantindo o acesso das pessoas jovens a uma habitação adequada, entendida no sentido amplo de habitat e orientada para as pessoas, contribuindo para a sustentabilidade do processo emancipatório e criação de autonomia das pessoas jovens e para um maior grau de liberdade na mobilidade estudantil, profissional e familiar.

A habitação, ou o acesso a ela, é outra das preocupações das/os jovens em Portugal, que está associada às problemáticas do desemprego, do trabalho precário e dos elevados custos da habitação (quer para compra, quer para arrendamento).

Esta situação tem reflexos decisivos na independência dos jovens, bem como na sua estabilidade pessoal e familiar.

Com o objetivo de promover e facilitar o acesso à habitação a todas as pessoas jovens e, conseqüentemente, a sua autonomia, foram incluídas no Plano de Ação 2019 do PNJ, **6 medidas/atividades**. Destas, 2 foram *executadas/concluídas* e 4 encontram-se com execução *em curso*.

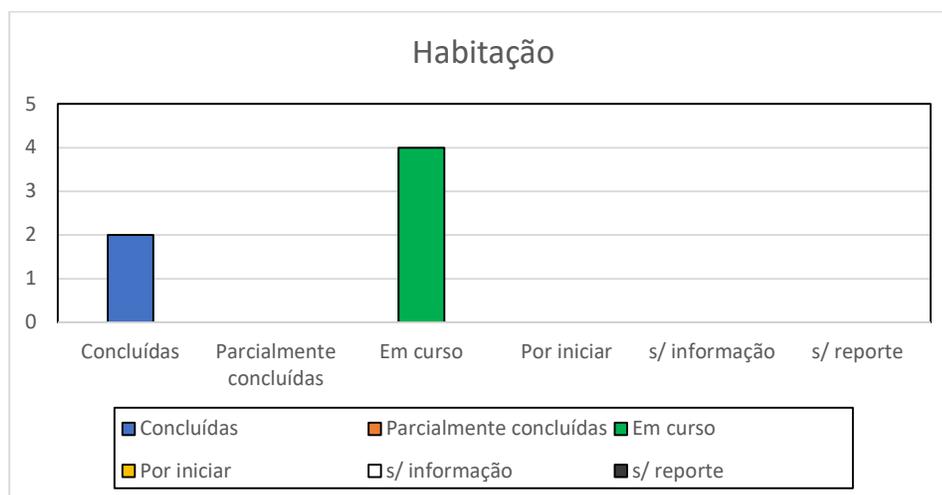


Gráfico 3. – Habitação – Estado das medidas com meta em 2019

Face aos dados apresentados, e atendendo a que todas as medidas estão implementadas, o seu nível de execução no âmbito deste Domínio-Chave foi Excelente, com uma taxa de 100%.

## Saúde

**Prioridade:** Garantir a efetivação do direito à saúde, tendo em consideração as dimensões bio-psico-sociais particulares desta fase da vida na promoção de políticas e programas de saúde e de um estilo de vida saudável

Nas primeiras décadas de vida assiste-se a uma multiplicação progressiva de desafios decorrentes dos processos de socialização. O bem-estar e a saúde da população jovem adquirem uma importância particular, nesta fase, exigindo-se dos serviços respostas adequadas e adaptadas aos contextos de vida e às suas necessidades.

Do ponto de vista da saúde interessa, também nos jovens, apoiar, educar, proteger e prevenir, contribuindo para o seu desenvolvimento saudável e bem-estar, presente e futuro.

Para garantir o efetivo direito à saúde estão inscritas no PNJ um conjunto de medidas / atividades, com execução em 2019, dirigidas a jovens, cujos resultados se descrevem seguidamente.

Das **12 medidas** com metas de execução em 2019 e que integram o Plano de Ação deste Domínio-Chave, obtiveram todas o respetivo reporte.

Destas, 7 foram executadas/concluídas, 1 está *parcialmente concluída*, 1 encontra-se com execução *em curso*, 1 não foi executada tendo ficado *por iniciar* e, à data do reporte, *não havia informação disponível* sobre 2 medidas.

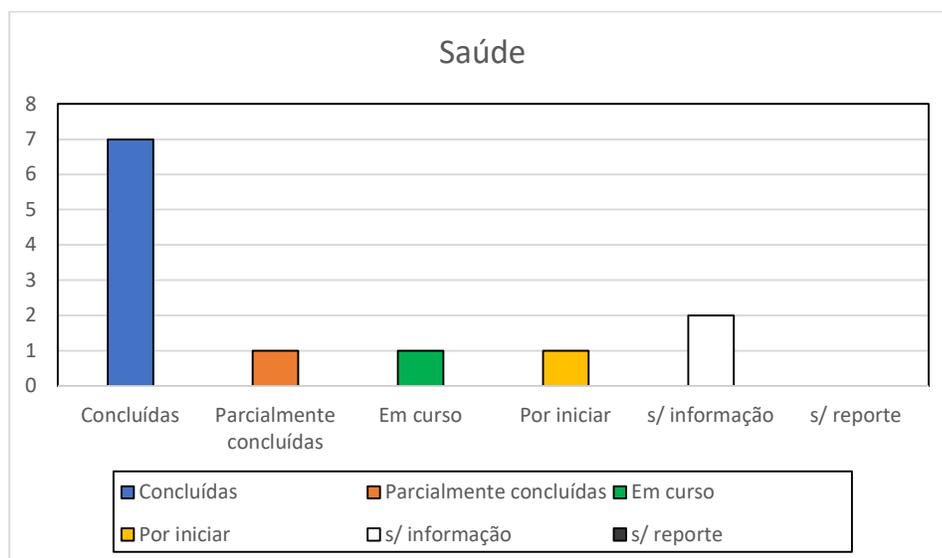


Gráfico 4. – Saúde – Estado das medidas com meta em 2019

Assim, o nível de execução das medidas no âmbito deste Domínio-Chave foi Bom, com uma taxa de 75%.

## Temas-Chave

### **Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

**Prioridade:** Garantir o envolvimento e a participação das pessoas jovens no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2030, assegurando, da mesma forma, que estes encontram ações, medidas e objetivos inclusivos desenvolvidos para e com pessoas jovens, monitorizando e avaliando o seu impacto na juventude.

Um dos grandes desafios que as sociedades enfrentam atualmente consiste na preservação do Ambiente, assente num modelo de Desenvolvimento Sustentável.

Educar para o desenvolvimento sustentável é, pois, um investimento no futuro e, aqui, os jovens têm um papel importantíssimo, enquanto agentes de mudança de mentalidades, de comportamentos e de atitudes face ao ambiente, permitindo criar um mundo mais seguro e mais saudável, com reflexos na melhoria da qualidade de vida das populações.

Torna-se, por isso, imprescindível promover, nos jovens, uma cultura de cidadania (consciente, dinâmica e informada) e a participação cívica ativa, face às problemáticas ambientais da atualidade.

O Plano de Ação 2019, do PNJ, integra medidas / atividades que visam a participação e o envolvimento dos jovens nesta área.

Assim, as **7 medidas** do Tema-Chave da Habitação, com metas de execução em 2019 foram todas reportadas, pelo ponto focal da Área Governativa correspondente. Destas, 5 foram

*executadas/concluídas*, 1 não foi executada, tendo ficado *por iniciar* e 1 medida encontra-se em fase inicial de execução.

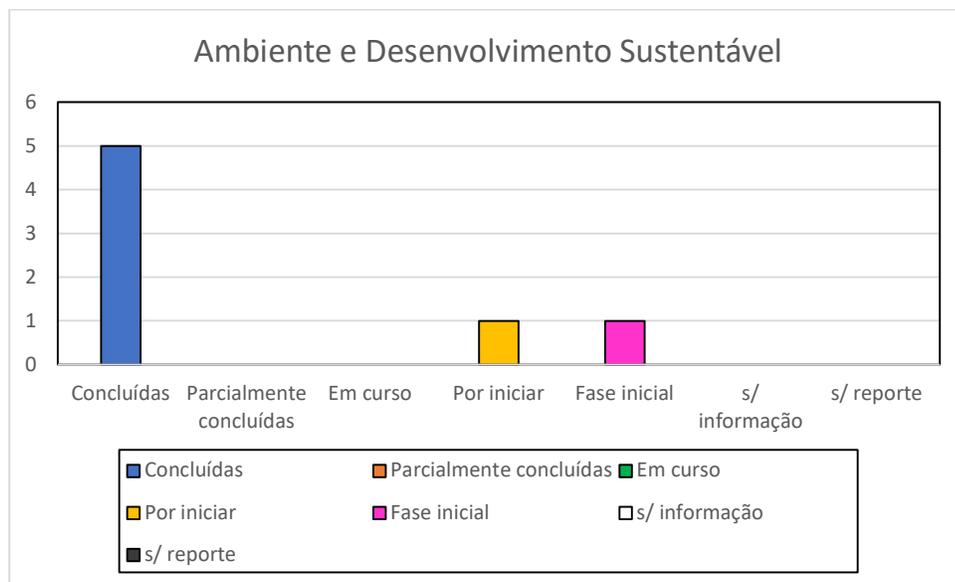


Gráfico 5. – Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Estado das medidas com meta em 2019

Verifica-se um nível de execução Satisfatório das medidas deste Tema-Chave, com uma percentagem de 71%.

## Governança e Participação

**Prioridade:** Promover práticas de governança multinível, inclusivas, participadas e participativas, com vista ao reforço institucional das políticas de juventude.

As atuais formas de exercício da cidadania implicam a aproximação dos cidadãos às políticas públicas, participando ativa e diretamente em determinadas decisões políticas, que salvaguardem os interesses das partes.

Esta abordagem compromete os cidadãos, e neste caso concreto os jovens, na discussão e planeamento de serviços públicos, nos problemas existentes e na participação das soluções, com o objetivo de melhorarem a sociedade onde vivem.

No âmbito do PNJ, definiram-se medidas / atividades de incentivo aos jovens a serem mais interventivos, de exercerem os seus direitos, mas também os seus deveres e responsabilidades para com o bem comum.

Das **42 medidas** que integram este Tema-Chave, no Plano de Ação de 2019, **34 foram reportadas** pelas Áreas Governativas / entidades envolvidas do PNJ e 8 não foram reportadas.

Das 34 medidas reportadas, 27 foram *executadas/concluídas*, 4 encontram-se com execução *em curso* e 3 estão *por iniciar*, não tendo sido, por isso, executada.

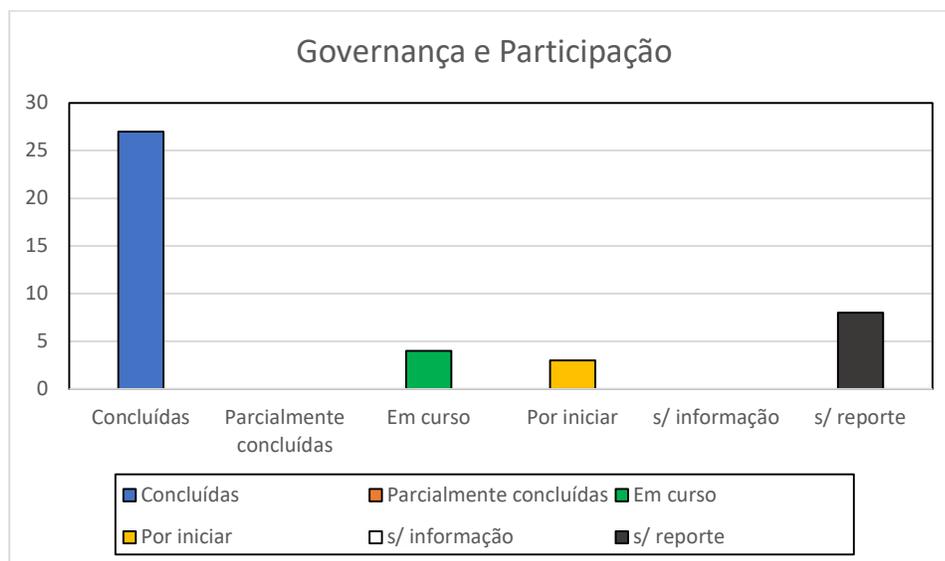


Gráfico 6. – Governança e Participação – Estado das medidas com meta em 2019

Face aos dados apresentados verifica-se que o nível de execução das medidas no âmbito deste Tema-Chave foi Satisfatório, com uma taxa de 73%.

## Igualdade e Inclusão Social

**Prioridade:** Promover a efetivação do direito à igualdade e inclusão social de todas as pessoas jovens, combatendo a exclusão social e todas as formas de desigualdade e discriminação.

O tema da Igualdade e Inclusão Social está intimamente relacionado com direitos humanos e igualdade de oportunidades exigindo-se, por isso, a definição de medidas que garantam a participação igualitária por todas as pessoas, em todas as esferas da sociedade: saúde, educação, habitação, trabalho, etc.

A inclusão social é fundamental para diminuir as desigualdades e a exclusão social e construir uma sociedade mais justa, cabendo a cada um de nós uma quota-parte de responsabilidade neste desígnio.

É com esta perspetiva que o PNJ integra medidas / atividades, dirigidas aos jovens, que promovem o respeito pela diferença, que criam acessibilidades e oportunidades e garantem a participação social, a vivência e a convivência na diversidade.

Das **30 medidas** que integram o Tema-Chave da Igualdade e Inclusão Social e que tinham como meta de execução 2019, 29 foram reportadas, tendo ficado sem reporte 1 medida.

Daquelas 29 medidas, 16 medidas foram *executadas/concluídas*, 1 está *parcialmente concluída*, 7 medidas estão com execução *em curso* e 5 encontram-se *por iniciar*, não tendo sido executadas.

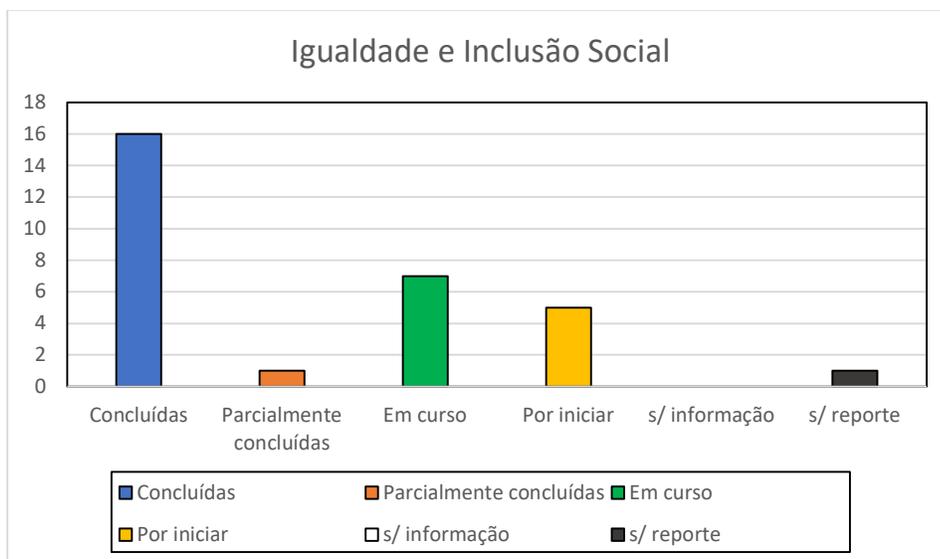


Gráfico 7. – Igualdade e Inclusão Social – Estado das medidas com meta em 2019

Os dados apresentados mostram que o nível de execução das medidas deste Domínio-Chave foi Bom, com uma percentagem de 80%.

### **Planos de Ação Sectoriais**

Neste âmbito será dado destaque a outras áreas consideradas relevantes e que correspondem a planos de ação sectoriais delineadas pelas áreas governativas, que têm por prioridade a promoção da transversalidade das políticas da juventude em todas as áreas governativas, concretamente, da administração interna; da agricultura, florestas e desenvolvimento rural; da cultura; da defesa; do desporto; da justiça e do mar.

#### **Administração Interna**

Obtiveram o respetivo reporte todas as **17 medidas** que integram o Plano de Ação Sectorial da Administração Interna, com metas de execução em 2019.

Destas, 13 foram *executadas/concluídas*; 1 medida encontra-se com execução *em curso* 2 medidas não foram executadas, tendo ficado *por iniciar* e sobre 1 medida *não havia informação disponível* à data do reporte.

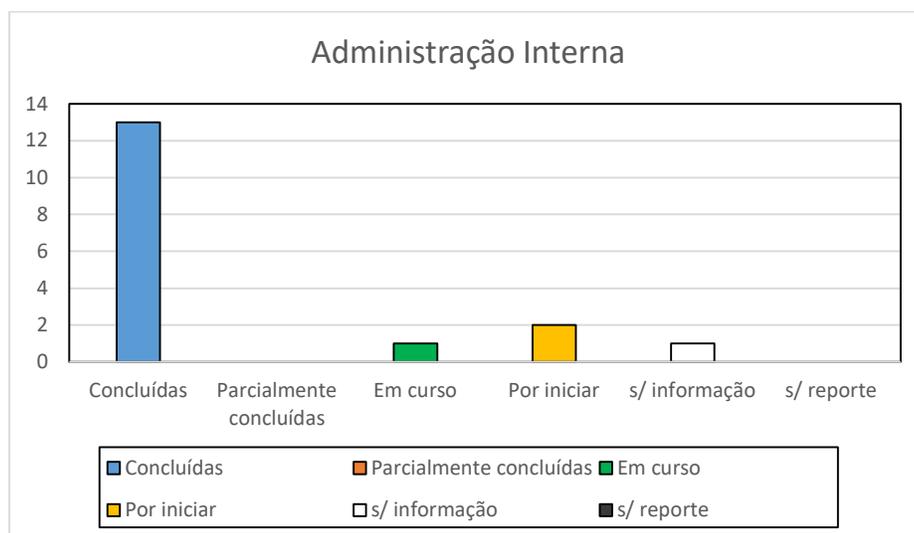


Gráfico 8. – Administração Interna – Estado das medidas com meta em 2019

Os resultados apresentados mostram que o nível de execução das medidas que integram este Plano de Ação Sectorial é Bom, dado que as medidas concluídas e em curso totalizam 82%, do total.

### Agricultura (Florestas e Desenvolvimento Rural)

Do total de **12 medidas**, com metas de execução em 2019, e que integram o Plano de Ação Sectorial da Agricultura, 11 foram reportadas e 1 não obteve o respetivo reporte.

Das 11 medidas reportadas, 5 foram *executadas/concluídas*; 5 encontram-se com execução *em curso* e 1 não foi executada, tendo ficado *por iniciar*.

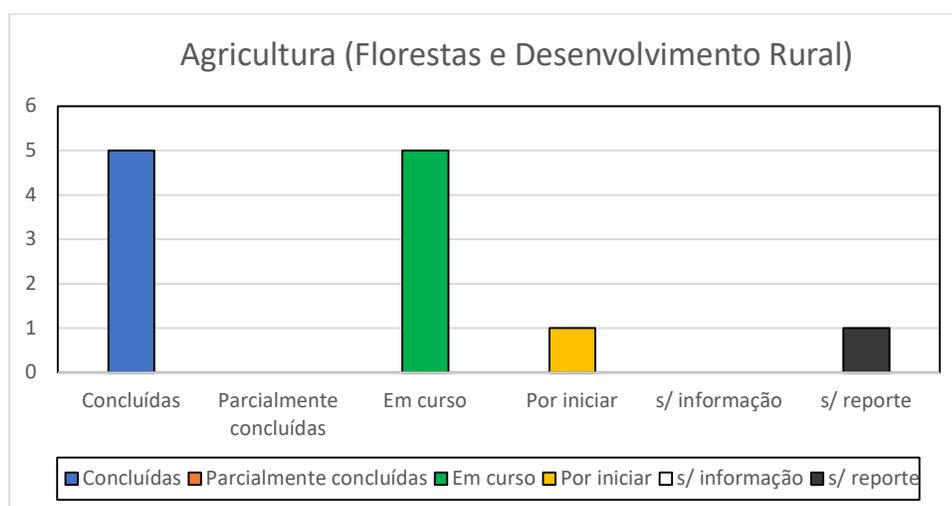


Gráfico 9. – Agricultura (Floresta e Desenvolvimento Rural) – Estado das medidas com meta em 2019

Com uma taxa de execução do total das medidas que integram este Plano de Ação Sectorial de 83%, tendo obtido um nível de execução Bom.

## Cultura

Foram reportadas todas as medidas, com metas para 2019 e que integram o Plano de Ação Sectorial da Cultura, no total de **12**.

Destas, 7 foram *executadas/concluídas*, 4 ficaram *parcialmente concluídas* e 1 não foi executada, tendo ficado *por iniciar*.

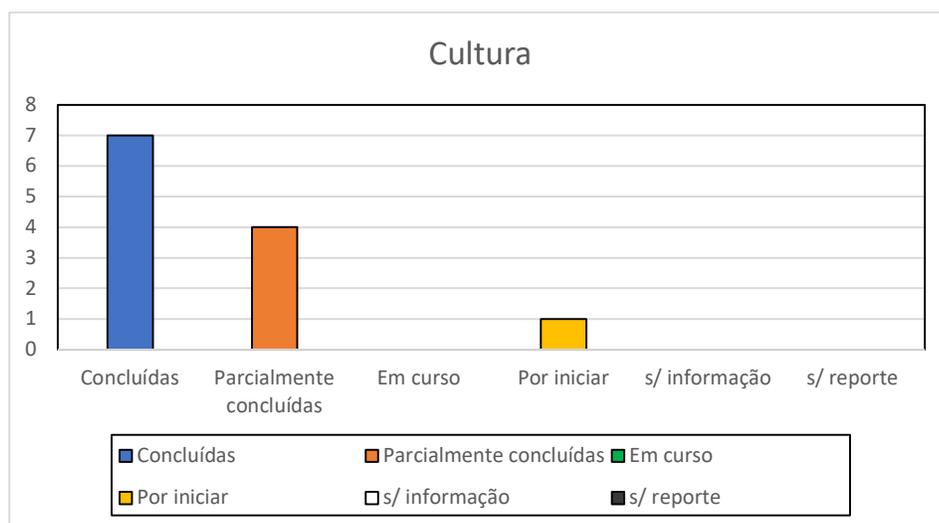


Gráfico 10. – Cultura – Estado das medidas com meta em 2019

Os dados apresentados mostram que o nível de execução das medidas deste Plano de Ação sectorial foi Excelente, com uma percentagem de 92%.

## Defesa

Foram reportadas todas as **13 medidas** que integraram o Plano de Ação Sectorial da Defesa, em 2019. Destas, 3 foram *executadas/concluídas*, 1 ficou *parcialmente concluída*, 5 encontram-se com processo de execução *em curso*, 2 encontram-se em *fase inicial de execução* e outras 2 não foram executadas, tendo ficado *por iniciar*.

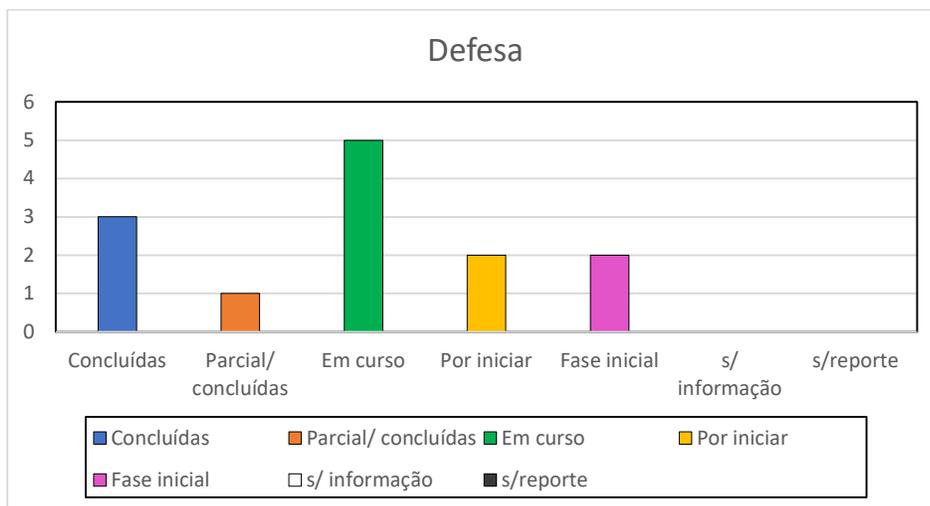


Gráfico 11. – Defesa – Estado das medidas com meta em 2018

Os dados apresentados mostram que o nível de execução das medidas no Plano de Ação Sectorial da Defesa é Satisfatório, com uma taxa de 69%.

### Desporto

O Plano de Ação Sectorial do Desporto integra **15 medidas** com metas em 2019, as quais foram todas reportadas.

Destas 15 medidas, 8 foram *executadas / concluídas*; 2 medidas encontram-se com execução *em curso* e 4 não foram executadas, tendo ficado *por iniciar*.

Nas medidas reportadas está incluída a medida 226 sem, contudo, estar refletida nos estados das medidas reportadas, uma vez que, segundo o serviço responsável pela sua execução - Plano Nacional de Ética no Desporto –, trata-se de uma repetição da medida 225, a qual se encontra concluída.

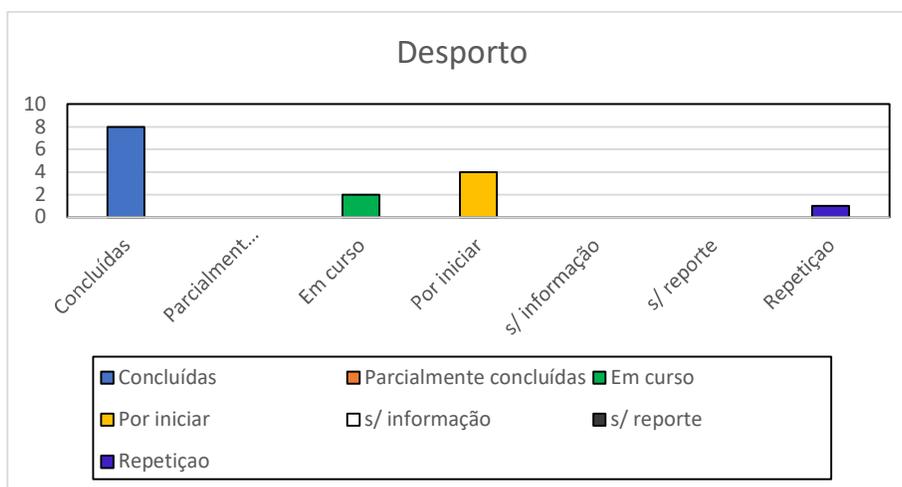


Gráfico 12. – Desporto – Estado das medidas com meta em 2019

Verifica-se um nível de execução Satisfatório das medidas deste Plano de Ação Sectorial, com uma percentagem de 71%.

## Justiça

As **5 medidas** que integram o Plano de Ação Sectorial da Justiça, com metas de execução em 2019, foram todas reportadas. Destas, apenas 1 se encontra concluída. *Por iniciar*, logo sem execução ficaram 2 medidas. As restantes 2 medidas não foram contabilizadas na avaliação do nível de execução desta área, uma vez que foram ambas canceladas pela Comissão Europeia, situação à qual foram alheios os responsáveis pela sua execução.

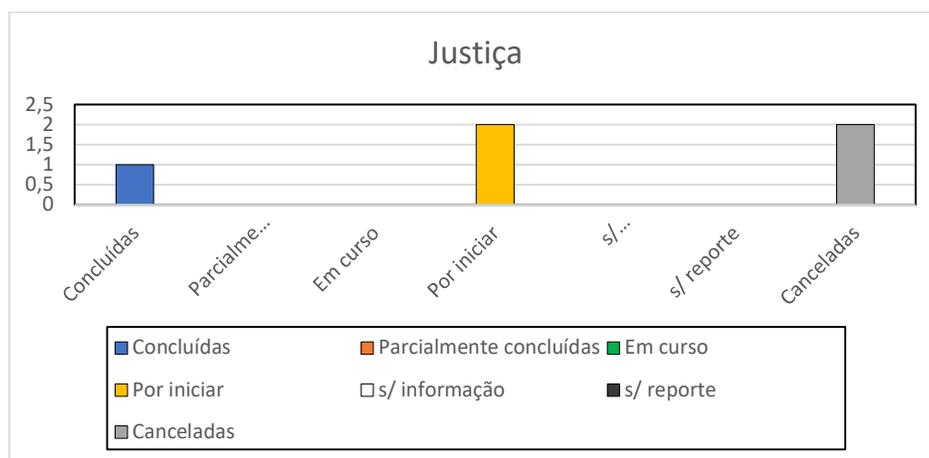


Gráfico 13. – Justiça – Estado das medidas com meta em 2019

Verifica-se um nível de execução Insatisfatório das medidas deste do Plano de Ação Sectorial da Justiça, com uma percentagem de 33%, uma vez que do total das 3 medidas (não são contabilizadas as 2 medidas canceladas), apenas 1 foi concretizada, tendo ficado, *por iniciar*, 2 medidas.

## Mar

As **12 medidas** que integram o Plano de Ação sectorial do Mar, com metas de execução em 2019 foram reportadas na sua totalidade.

Destas, 4 foram *executadas / concluídas*, 5 encontram-se com processo de execução *em curso*, 2 medidas não foram executadas, tendo ficado *por iniciar* e, segundo o respetivo ponto focal, 1 medida não se encaixa no intervalo de idades do PNJ, concretamente a medida 236, cujo público-alvo são crianças que frequentam o 1º ciclo de escolaridade.

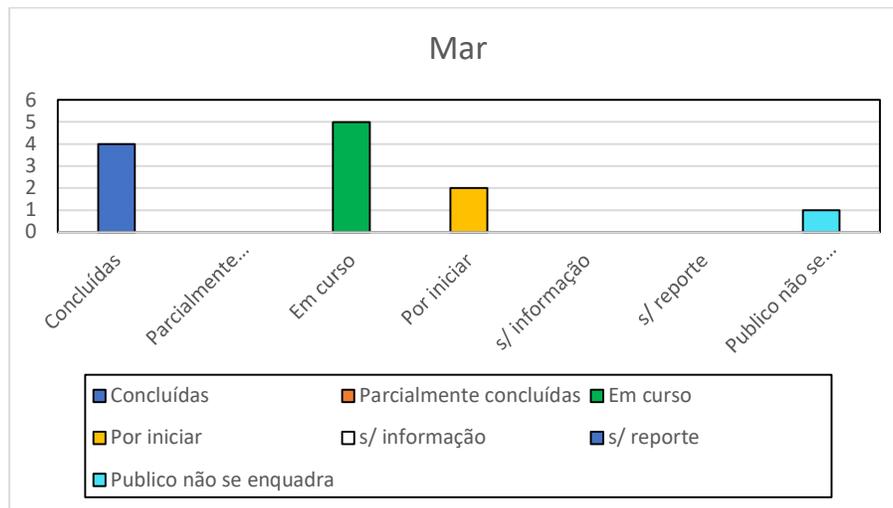


Gráfico 14. – Mar – Estado das medidas com meta em 2019

O nível de execução das medidas deste Plano de Ação Sectorial é Bom, com uma percentagem de 75%.

## Resultados Globais

Das **219 medidas** com metas de execução em 2019, **foram reportadas 196 medidas**, tendo ficado sem reporte 23 medidas. Obtivemos assim, **reporte de 89,5%** das medidas que integravam Plano de Ação 2019, do PNJ. Não obtivemos reporte de 10,5% da totalidade das medidas inscritos naquele Plano de Ação.

Das 196 medidas reportadas, 112 foram *executadas / concluídas*; 7 medidas ficaram *parcialmente concluídas*; 39 encontravam-se com processos de execução *em curso*; 28 medidas não foram executadas, tendo ficado *por iniciar*; 3 encontravam-se em *fase inicial de execução*; 3 medidas estavam *sem informação disponível* à data do reporte, 1 medida, segundo o respetivo ponto focal (Ministério do Mar), *não se enquadra no público-alvo* do PNJ, 1 medida foi identificada, pelo serviço de reporte, como estando repetida e, por último, 2 medidas foram canceladas pela Comissão Europeia, situação á qual foram alheios os responsáveis pela sua execução.

Nos quadros-síntese abaixo, organizados por Domínios-Chave, Temas-Chave e Planos de Ação Sectoriais podem ser observados os estados de execução da totalidade das medidas inscritas no PNJ, com metas a 2019.

Domínios - Chave	Medidas com execução 2018						Observações
	Nº total	concluídas / executadas	Parcialmente concluídas	Em curso	Por iniciar (n/ executadas)	S/ inform. disponível	
Educação Formal e Não Formal	25	8		5	2		10 medidas não reportadas
Emprego	11	6			2		3 medidas sem reporte
Habituação	6	2		4			
Saúde	12	7	1	1	1	2	

Temas - Chave	Medidas com execução 2018						Observações
	Nº total	concluídas / executadas	Parcialmente concluídas	Em curso	Por iniciar (n/ executadas)	Em fase inicial	
Ambiente e Desenvolvimento	7	5			1	1	
Governança e Participação	42	27		4	3		8 medidas não reportadas
Igualdade e Inclusão Social	30	16	1	7	5		1 medida não reportada

Planos de Ação Sectoriais	Medidas com execução 2018							Observações
	Nº total	concluídas / executadas	Parcialmente concluídas	Em curso	Por iniciar (n/ executadas)	Em fase inicial	S/ inform. disponível	
Administração Interna	17	13		1	2		1	
Agricultura (FDR)	12	5		5	1			1 medida não reportada
Cultura	12	7	4		1			
Defesa	13	3	1	5	2	2		
Desporto	15	8		2	4			1 medida repetida
Justiça	5	1			2			2 medidas canceladas pela Comissão Europeia
Mar	12	4		5	2			1 medida – publico alvo n/ se enquadra

Assim, das 196 medidas reportadas, 57% foram executadas/concluídas, 20% encontravam-se com processos de execução em curso e 14% não foram executadas.

Se juntarmos ao número de medidas que não foram reportadas (23 medidas, do total de 219), o número de medidas que foram reportadas com indicação de inexistência de informação disponível à data do reporte (3 medidas), obtemos uma percentagem de 11,8% de medidas sobre as quais não temos qualquer tipo de informação.

O gráfico abaixo, mostra o estado de execução das medidas reportadas, do Plano de Ação 2019, do PNJ, à data de 31 de dezembro.

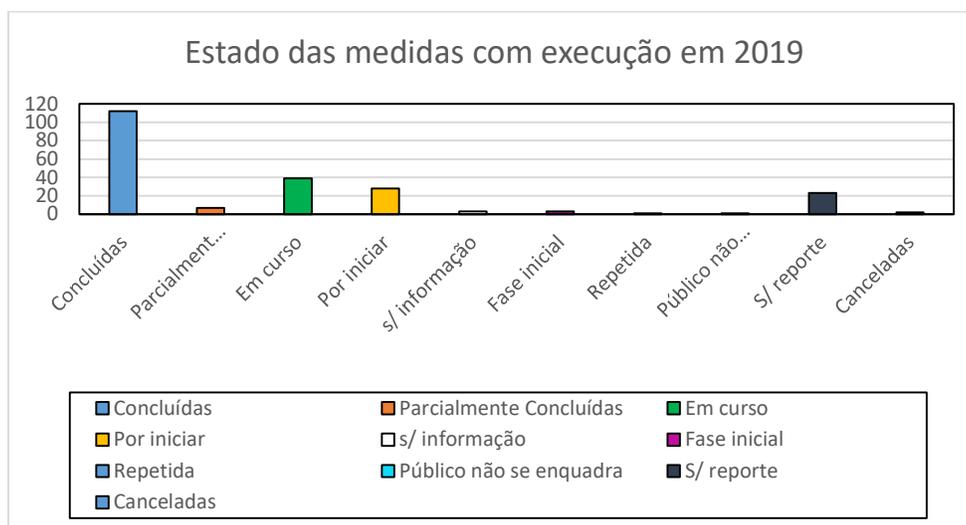


Gráfico 15. – Dados Globais - Estado das medidas com metas de execução em 2019

Tal como referido atrás, das 219 medidas com metas de execução em 2019, 112 foram concluídas, até ao final do ano.

Considera-se importante, no entanto, analisar o nível de execução destas medidas, uma vez que as conseguimos categorizar da seguinte forma: “Metas Superadas” - confirmou-se a superação da meta definida; “Metas Cumpridas” - verificou-se o cumprimento da meta definida e “Metas não Cumpridas”, ou seja, apesar de concluídas as medidas, o cumprimento das metas ficou aquém do definido.

Metas Superadas	Metas Cumpridas	Metas Não Cumpridas
57	37	18
<b>Total 112</b>		

Assim, através do quadro acima verificamos que, das 112 medidas concluídas, **57 superaram a meta** definida, apresentando resultados que excederam o valor previsto e desejado para cada um dos indicadores, **37 cumpriram com a meta**, apresentando resultados iguais aos valores previstos e **18 não cumpriram com a meta** definida, mostrando valores abaixo do previsto e desejável para o ano de 2019.

Nem todas as entidades apresentaram justificações e/ou eventuais constrangimentos ao não cumprimento das metas definidas, contudo foi possível esquematizar as justificações no quadro seguinte, para melhor entender o que esteve na origem do seu não cumprimento:

Medida	Indicador	Meta 2019	Resultado	Justificação / Constrangimentos
14 - Criação da Plataforma de Educação para a Cidadania	Data de lançamento da plataforma	31/dez. 2018	Executada no 1º semestre de 2019	Medida com meta de execução em 2018, não cumprida por: Publicação tardia do Dec. Lei nº 55/2018, 6 de julho; morosidade na elaboração do logotipo e constrangimentos financeiros. Execução transferida para 2019. Plataforma de Educação para a Cidadania lançada no 1º semestre.
21 - Dinamização da iniciativa "Escola Azul".	Nº de escolas azuis	125	23	O ponto focal do Ministério do Mar propõe a alteração da meta para 25 (nº de escolas azuis), em substituição das 125 definidas.
33 - Dinamização da rede de sinalização no âmbito do programa "Garantia Jovem". (GJ).	N.º de pessoas jovens inativas sinalizadas na plataforma GJ até aos 30 anos	3000	1203	Registou-se melhoria da situação de desemprego jovem e redução da taxa de jovens NEET em PT. A melhoria desta conjuntura levou à diminuição das inscrições, por via de sinalização.
57 - Renovação do Programa de Saúde Juvenil, criando o Programa "Cuida-te 2.0"	Data da publicação (2018)	novembro 2018	Publicada Portaria nº258/2019, 19 de agosto	Medida com meta definida para 2018, executada em 2019, através da publicação da Portaria
67 - Execução do Programa «Voluntariado Jovem para a Natureza e Florestas».	N.º de jovens que participaram nas ações desenvolvidas por ano	4000	1544	Quando o Programa foi reforçado financeiramente, já muitos projetos tinham sido cancelados (as datas de execução tinham sido ultrapassadas). Necessidade de reforço da divulgação junto dos jovens e onde existem projetos de voluntariado.
68 - Promoção do "Passe escolar" ou "Passe 4_18".	N.º de passes 4_18 vendidos por ano	950000	597770	Os dados apurados referem-se ao período de janeiro a novembro de 2019
70 - Desenvolvimento de campanhas de promoção do uso de transportes ativos e sustentáveis para ser disseminada em redes sociais, em linha com o definido na Estratégia Nacional de Educação Ambiental 2020.	N.º de visualizações	80000	36000	No âmbito ENEA 2020, o Fundo Ambiental, em parceria com a APA, publicou em D.R., o aviso nº 4656-C/2019, de 19/03, "EduMove-te": Educar para a mobilidade Sustentável", que teve 65 candidaturas elegíveis para financiamento, tendo sido atribuído financiamento a 15 destas, até ao esgotamento da verba. Os contratos foram assinados e os projetos encontram-se em execução. Não é ainda possível apresentar dados que sobre a realização da medida.
85 - Criação do programa de voluntariado "70JÁ!".	N.º de jovens participantes	100	37	Dificuldade em se encontrarem jovens voluntários, com o perfil solicitado e com disponibilidade de vários meses de intervenção na comunidade escolar.
93 - Dinamização do Orçamento Participativo Jovem Portugal.	N.º de propostas apresentadas	450	437	Calendário do Programa coincidiu, na fase de apresentação de propostas e na fase de votação, com o período de férias escolares, o que dificultou a comunicação com os jovens, a sua adesão ao Programa e a votação nos projetos. Salienta-se, a falta de recursos humanos disponíveis nesta fase, de forma a existir um contacto presencial com os jovens, que permita incentivá-los à votação nos projetos.
	N.º de jovens votantes	8500	5409	
94 - Dinamização do Orçamento Participativo das Escolas.	N.º de jovens participantes	300 000	192 577 (DGEST)	S/ justificação apresentada.
109 - Divulgação de oportunidades na área da mobilidade juvenil: nomeadamente, no âmbito do Programa Erasmus+, do CES, das Pousadas de Juventude e do Cartão Jovem.	N.º de publicações	220	152	O cumprimento da medida dependia de ações de oportunidades existentes, divulgadas pelas entidades responsáveis pelo Prog. Erasmus+, pelo CES, Pousadas de Juventude e Cartão Jovem. A falta de conteúdo divulgado por estas inviabilizou o nº de publicações. Os nºs foram atingidos através de divulgações relativas à área da mobilidade.

110 - Dinamização do "Concurso Euroscola" em Portugal.	N.º de escolas participantes	85	69	Em 2019 foi implementado o Programa na Plataforma Informática. Verificou-se alguma dificuldade de adaptação por parte das Escolas.
126 - Desenvolvimento de ações de sensibilização especificamente subordinadas ao segmento de jovens migrantes e refugiadas/os.	N.º de ações desenvolvidas	10	9	S/ justificação apresentada.
127 - Financiamento de projetos desenvolvidos por ONG e associações juvenis, através do Fundo de Asilo, Migração e Integração.	N.º de projetos apoiados	20	19	S/ justificação apresentada.
191- Desenvolvimento de iniciativas de apoio à internacionalização de jovens criadoras/es portuguesas/es.	N.º de iniciativas no estrangeiro que contaram com a participação de jovens criadoras/es portuguesas/es	12	2	O ponto focal do Ministério da Cultura propõe introdução de novo indicador, para melhor quantificar os resultados: "Nº de jovens artistas portuguesas que participaram em iniciativas de formação ou criação no estrangeiro": participaram 3 jovens
	N.º de iniciativas desenvolvidas durante o ano para promover a internacionalização de jovens criadoras/es portuguesas/es	10	2	
	N.º de jovens artistas estrangeiras/os acolhidos durante o ano para formação ou criação	2%	1	
218 - Programa de Desporto Escolar 2017-2021.	N.º de grupos-equipa constituídos nos escalões de juvenis, juniores e vários-misto	6985	6903	S/ justificação apresentada.
237 - Realização de visitas de estudo para escolas.	N.º de estudantes	700	534	S/ justificação apresentada.
241 - Realização de visitas de estudo a lotas.	N.º de visitas	150	84	Realizou-se um total de 116 visitas, mas os visitantes tinham idade inferior a 15 anos.

Efetivamente, apesar destas 18 medidas se encontrarem concluídas, as mesmas não cumpriram com a meta definida no PNJ.

Através do quadro acima conseguimos visualizar as justificações ao não cumprimento dessas metas, com exceção de 5 medidas sobre as quais os respetivos pontos focais não apresentaram qualquer justificação / constrangimentos - medidas nºs 94, 126, 127, 218 e 237.

Duas medidas concluídas reportam-se a 2018, ou seja, tinham meta de execução em 2018, tendo transitado para o Plano de Ação de 2019 - medidas nºs 14 e 57 - para data a definir, mediante condições de execução.

Às medias 67, 85, 93, 109, 110 e 241 estão associadas dificuldades na operacionalização que justificam o não cumprimento das respetivas metas, nomeadamente: atrasos no financiamento (67); dificuldades em se encontrarem jovens voluntários com perfis e disponibilidades (85); desadequação do calendário do programa (apresentação de propostas e votação coincidente com período de férias escolares), que dificultou a comunicação, a adesão e a votação dos jovens (93); falta de divulgação de conteúdos (por parte de entidades envolvidas (109) dificuldades de adaptação por parte das Escolas, no âmbito do Concurso “Euroscola” (110) e, por fim, a medida 241, que apesar e terem sido realizadas 116 vistas de estudo a lotas, apenas 84 visitas foram realizadas pelo público abrangido pelo PNJ.

As medidas 21 e 191 são entendidas, pelos seus pontos focais, como tendo indicadores / metas que não se adequam, pelo que propõe alterações. A meta de medida 21 é considerada muito ambiciosa, tendo sido proposta alteração, para os anos seguintes, para 25 escolas participantes no Programa, em substituição dos 125 que constam no PNJ. Quanto à medida 191, o respetivo ponto focal propõe, para melhor se quantificarem os resultados, a introdução de novo indicador, concretamente: “Nº de jovens artistas portugueses que participaram em iniciativas de formação ou criação no estrangeiro.”

Quanto às medidas 68 e 70, as justificações apresentadas relacionam-se com (in)disponibilidade de dados completos. Na primeira, os dados reportados são os disponíveis de janeiro a novembro e na segunda, foi informada a impossibilidade de apresentar dados que contribuam para a realização da medida.

Por último, destaca-se a meta da medida 33 (sombreada na tabela), cujo seu incumprimento reflete, na prática, resultados positivos. Trata-se de um indicador que pretende saber o nº de pessoas jovens inativas, sinalizadas na plataforma “Garantia Jovem”, com idades até aos 30 anos. Tinha como meta para 2019, 3000 pessoas inativas sinalizadas e foram sinalizadas 1203. Este número espelha a conjuntura data, registando-se uma melhoria da situação de desemprego jovem e a redução da taxa de jovens NEET.

Torna-se, igualmente, importante fazer uma análise das **28 medidas**, com metas para 2019, que não foram executadas, tendo ficado *por iniciar*.

Foram apresentadas, por parte das entidades responsáveis / envolvidas, as respetivas justificações e constrangimentos que impossibilitaram a execução das medidas. Através do quadro abaixo conseguimos analisar os motivos que inviabilizaram a não execução das referidas medidas.

<b>Medida</b>	<b>Indicador</b>	<b>Meta 2019</b>	<b>Justificação / Constrangimentos à não execução da medida</b>
11 - Criação de um grupo de trabalho dedicado à redução das taxas de abandono e insucesso escolar dos rapazes (superiores às das raparigas), com o objetivo de apresentar um diagnóstico e propor medidas.	Data de criação do grupo de trabalho	31/maio	Apesar de existir abordagem do assunto ao nível da SEE, ainda não foi criado grupo de trabalho.
17- Inclusão no Plano Nacional para a Literacia de medidas dirigidas a jovens que não tenham concluído a escolaridade obrigatória, tendo em vista o desenvolvimento de competências inscritas no PA.	Data de apresentação do Plano Nacional para a Literacia.	S/meta	A DGE desconhece o Plano Nacional de Literacia e necessita de esclarecimentos sobre a medida, cuja meta não está definida.
34 - Apoio a projetos-piloto desenvolvidos por entidades sem fins lucrativos e/ou consórcios que envolvam parceiros públicos.	N.º de projetos apoiados	5	Realizaram-se reuniões com o IEFP, sobre o assunto e está a ser avaliada a possibilidade de ser implementado em 2020 e financiada através dos apoios do PIS - Portugal Inovação Social
41- Campanha de aproximação das pessoas jovens à Indústria	A definir	S/meta	Não existe proposta.
59 - Financiamento e/ou suporte técnico a estudos que permitam caracterizar os estilos de vida saudável e a identificação de boas práticas.	N.º de estudos	1	O Estudo será desenvolvido em 2020. Durante o ano de 2019 não se reuniram parceiros suficientes para cobrir o financiamento do projeto.
71 - Execução do "Projeto 80", em linha com o definido na Estratégia Nacional de Educação Ambiental 2020 e com a Estratégia Nacional da Educação para a Cidadania.	N.º de jovens envolvidos	4550	O Projeto 80 foi cancelado pelos promotores e parceiros.
75 - Criação de uma medida no OE para quantificar a despesa pública relacionada com políticas públicas de juventude, através da articulação entre entidade coordenadora do PO Educação e DGO.	Prazo de conclusão	Julho	Dificuldade de articulação de agendas entre as entidades envolvidas.
99 - Realização de sessões de informação e orientação específicas sobre as medidas ativas do mercado de trabalho dirigidas às potenciais entidades interessadas em receber Técnicas/os de Juventude.	N.º de sessões	A definir	O Empreende JÁ terminou e ainda não foi lançado o novo Programa de apoio ao empreendedorismo. Foi efetuada a abertura de um concurso que foi cancelado por falta de candidaturas.
100 - Programa Formar+ (medida 4) - formação contínua a Técnicas/os de Juventude.	Nº de ações de formação desenvolvidas	2	Restrição orçamental
120 - Execução do programa Sem Fronteiras.	N.º de jovens abrangidas/os	540	O ISS, entidade financiadora do Programa, informou o IPDJ e a Movijovem que em 2019 não se iria dinamizar o Programa. Pretendem efetuar alterações ao Protocolo em vigor.
128 - Clube Escolhas - Parceria do Programa Nacional de Desporto para Todos com o Programa Escolhas	N.º de jovens envolvidos	300	Será lançado brevemente.
134 - Formação de técnicos/as de juventude e profissionais da área da juventude em IMH, designadamente no âmbito do "Formar+".	N.º de ações de formação	1	Restrição orçamental
	N.º de técnicos formadas/os	20	
135 - Desenvolvimento de ações com associações de estudantes do ensino superior e associações de jovens para a promoção da IMH.	N.º de iniciativas desenvolvidas	1	Face à autonomia das Associações de Estudantes torna-se difícil recolher dados junto das Áreas Governativas previamente definidas: MCTES, MEDU e MPMA. A realizar em 2020, com nova metodologia.
152 - Realização de uma campanha sobre casamentos infantis, precoces e forçados.	Data de lançamento da campanha	31/dez	S/ justificação apresentada

167 - Concurso anual em que as escolas se candidatam com trabalhos no âmbito da proteção civil, incentivando a originalidade e a criatividade na exploração dos temas relacionados com a temática da proteção civil.	N.º de concorrentes	Crescimento de 10%	Concurso inativo
169 - Produção de recursos didático-pedagógicos sobre riscos e hábitos de segurança, com vista à interiorização, por jovens, de comportamentos adequados em situações de emergência.	N.º de recursos didático-pedagógicos produzidos	3	S/ justificação apresentada
179 - Concessão de preferência a jovens no acesso às terras disponibilizadas na Bolsa Nacional de Terras.	% terras a concurso cedidas a Jovens Agricultoras/es	30%	Não houve concursos de Terras do Estado no âmbito da BNT em 2019, não sendo a percentagem aplicável.
186 - Execução do programa "Jovens Criadores".	N.º de Candidaturas	120	Foi autorizada a realização do Programa pelo IPDJ e selecionada a entidade que, em co-gestão, haveria de desenvolver o Programa: a Fundação da Juventude. Não houve autorização do parecer prévio por parte do IGF, até final de 2019.
205 - Execução do Programa "Defesa Qualifica" que visa apoios financeiros facilitar o acesso a formação.	N.º de candidatas/os participadas/os	50	A aprovação do orçamento do Programa "Defesa Qualifica" ocorreu, no final do ano, impedindo a abertura das candidaturas em tempo útil. Previsão de abertura: fevereiro 2020.
208 - Execução do Programa «Defesa Qualifica+» que prevê condições especiais de acesso previstas nos protocolos estabelecidos com Estabelecimentos de Ensino Superior.	N.º de protocolos estabelecidos	10	Não foram estabelecidos os protocolos previstos.
223 - Implementação de prémio anual para a instituição de ensino superior que apresente o melhor programa de promoção de atividade física e desportiva (com indicadores de promoção do desporto feminino, inclusão social, das pessoas com deficiência, estudantes em situação socioeconómica desfavorecida, estudantes com necessidades específicas)	N.º de candidaturas	8	Incluído no Fórum de Desporto para Todos. Não realizado em 2019. Prevê-se a sua execução em 2020.
224 - U-Active Award: troféu com a finalidade de reconhecer projetos académicos de jovens que visem a promoção da atividade física e desporto no ensino superior.	N.º de grupos inscritos	50	Projeto não candidatado, nem apoiado em 2019
227 - Campanha nas redes sociais para a sensibilização de jovens para o desempenho de funções de dirigentes desportivos.	N.º de visualizações	15000	Medida a executar em 2020.
228 - Criação, de acordo com os pré-requisitos, de quotas para a participação de jovens nos cursos de formação de treinadores, juizes, árbitros e dirigentes desportivos.	N.º de jovens que ingressam nos cursos	A definir	Medida a executar em 2020.
229 - Desenvolvimento de plataforma informática de registo único e integrado, de âmbito nacional, de processos de qualquer natureza, relativos a crianças e jovens, abrangendo as CPCJ, o Ministério Público e os Tribunais.	Desenvolvimento do registo único e integrado de processos de promoção e proteção nas CPCJ, no Ministério Público e nos Tribunais	1	O desenvolvimento de um registo único e integrado de processos de promoção e proteção nas CPCJ, MP e Tribunais, que constitui, há muito, uma aspiração comum, conflita com a existência de sistemas não comunicantes e o decurso de trabalhos de atualização e de modernização dos sistemas das entidades envolvidas.

230 - Consideração do enquadramento do sistema de mediação tutelar educativa (SMTE) no contexto dos sistemas públicos de mediação geridos pela Direção-Geral da Política de Justiça.	Elaboração de recomendações decorrentes da análise realizada	1	S/ justificação apresentada
239 - Atribuição do Prémio Mário Ruivo: Gerações Oceânicas.	N.º de candidaturas	50	A iniciativa não se realizou em 2019.
243 - Dinamização do programa “Ocupação Científica de Jovens nas Férias”.	N.º de estágios	5	Não houve candidaturas em 2019

Observando as justificações / constrangimentos apresentados pelos pontos focais das Áreas Governativas responsáveis pelas medidas identificadas, conseguimos agrupá-las da seguinte forma:

**Constrangimentos financeiros** (restrições / atrasos orçamentais/ procura de financiamentos): Medidas 34, 59, 100, 134 e 205.

**Cancelamento de projetos / atividades:** Medidas 71.

**Inatividade do Programa:** Medidas 120 e 167

**Falta de candidaturas / participantes:** Medidas 99, 224 e 243

**Sem justificação apresentada:** Medidas 128, 152, 169 186, 223, 227, 228, 230 e 239.

**Dificuldades várias de concretização:** não foi criado o Grupo de Trabalho – 11; desconhecimento do Plano Nacional de Literacia – 17; não existe proposta – 41; dificuldade de articulação de agendas entre as entidades envolvidas – 75; dificuldade de recolha de dados – 135; não se realizaram os concursos - 179; não foram estabelecidos os protocolos - 208; falta de condições técnicas – 229.

De referir que, das medidas enumeradas, foi dada indicação pelos respetivos pontos focais que se iriam realizar em 2020, as medidas: 34, 59, 135, 205, 223, 227 e 228, pelo que estas integrarão, desde já, o Plano de Ação do PNJ de 2020. O mesmo acontecerá com a medida 128, uma vez que o ponto focal referiu que a ação irá ser “lançada brevemente”.

Ainda neste âmbito, há que destacar as duas medidas canceladas pela Comissão Europeia, situação a que foram alheios os responsáveis pela sua execução e que, por este motivo, não integram o conjunto das medidas que ficaram *por iniciar*, em 2019. Dado que as ações não irão ser retomadas foi dada indicação, por parte dos respetivos pontos focais, que não deverão integrar os futuros Planos de Ação do PNJ.

233 - Realização de um estudo por entidade universitária sobre o “Estado da Arte” relativamente ao fenómeno em centro educativo e em estabelecimento prisional.	Publicação do estudo	1	A medida preconizada no âmbito do PNJ, transversal a outros instrumentos estratégicos na área da Justiça, foi cancelada, pela Comissão Europeia.
235 - Realização de ações de formação / capacitação de profissionais da DGRSP.	Capacitação de 800 profissionais da DGRSP com conhecimentos específicos na matéria em causa	1	Idem Cancelada

## PNJ - Análise comparativa 2018 e 2019

Apresentados que estão os dados relativos à execução do Plano de Ação 2019, do PNJ, e fazendo as devidas ressalvas no que se refere à ausência de reporte por parte de duas Áreas Governativas, perfazendo um total de 23 medidas, podemos fazer uma breve análise comparativa dos resultados, relativamente a 2018.

Os gráficos abaixo mostram os Estados de Execução das Medidas em 2018 e o Estado de Execução das Medidas em 2019, o que permite, nesta fase, fazer uma leitura dos dados dos primeiros dois anos de vigência do PNJ.

Relativamente a 2018, e face ao reporte da totalidade das 171 medidas que integravam o respetivo Plano de Ação, constata-se a execução/conclusão de 117 medidas; 8 encontravam-se *parcialmente concluídas* (uma percentagem significativa das tarefas foi concluída); 27 medidas registavam execução *em curso* e apenas 17 medidas não foram executadas. A estes totais acrescem 2 medidas sobre as quais *não existia informação disponível* à data do reporte.

Contabilizando as medidas *concluídas*, as *parcialmente concluídas* e as *em curso*, obtemos uma taxa de execução de 89% das medidas previstas para 2018 e apenas 10% de medidas não executadas.

No que se refere a 2019, e face aos dados disponíveis, contabilizando as medidas que se encontram nos estados *concluído*, *parcialmente concluído* e *em curso*, apresenta-se uma taxa de execução de 80,5% das medidas reportadas (196) e 14% de medidas não executadas.

De salientar que, não obtivemos reporte de 23 medidas, que corresponde a 10,5% do total previsto executar em 2019 (219 medidas).

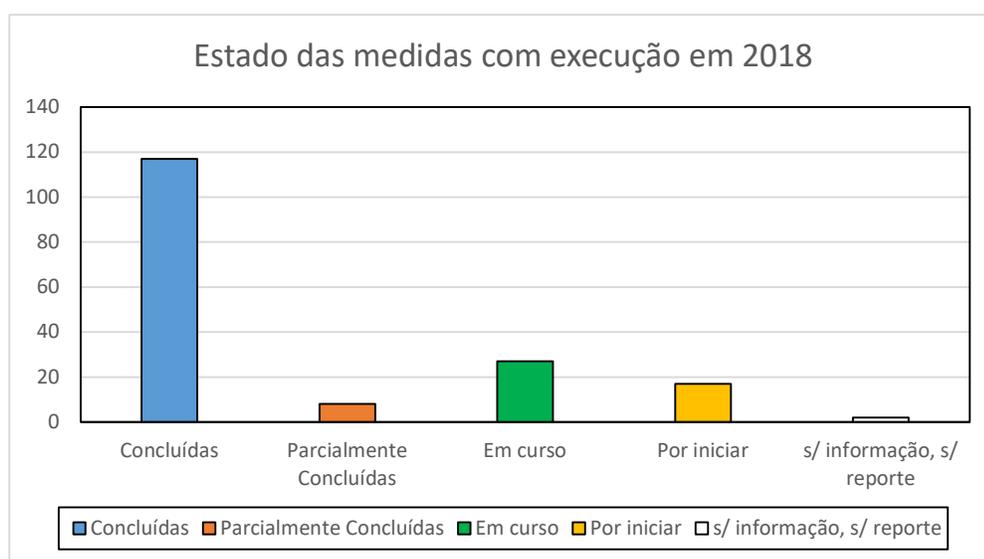


Gráfico 16. – Dados Globais - Estado das medidas com metas de execução em 2018

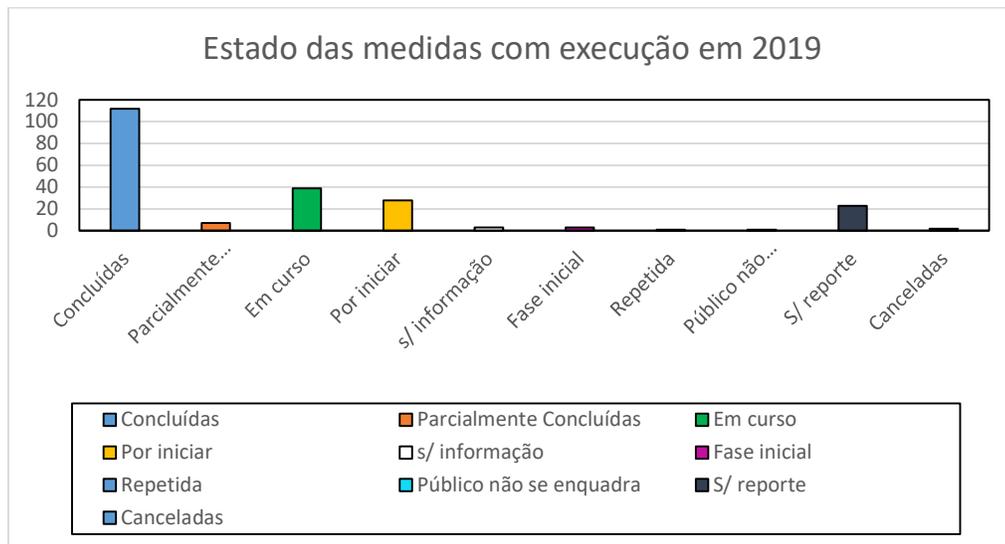


Gráfico 17. –Dados Globais - Estado das medidas com metas de execução em 2019

A análise do Gráfico 18, abaixo, permite fazer esta avaliação em termos percentuais e perceber a dinâmica do PNJ nos primeiros dois anos de vigência, no que se refere às medidas nos estados: *concluída, parcialmente concluída, em curso e por iniciar*.

Atestamos que 2018 obteve uma taxa de execução (medidas concluídas) superior a 2019 com, respetivamente, 68% e 51% e uma diferença de 4% nas medidas que ficaram por iniciar, correspondendo a 10%, em 2018 e a 14%, em 2019.

Com uma diferença anual de, apenas, 2% apresentam-se as medidas *parcialmente concluídas*, com 5% em 2018 e 3% em 2019 e as medidas que se encontravam *em curso* no final de cada ano, correspondendo a 16% em 2018 e 18% em 2019.

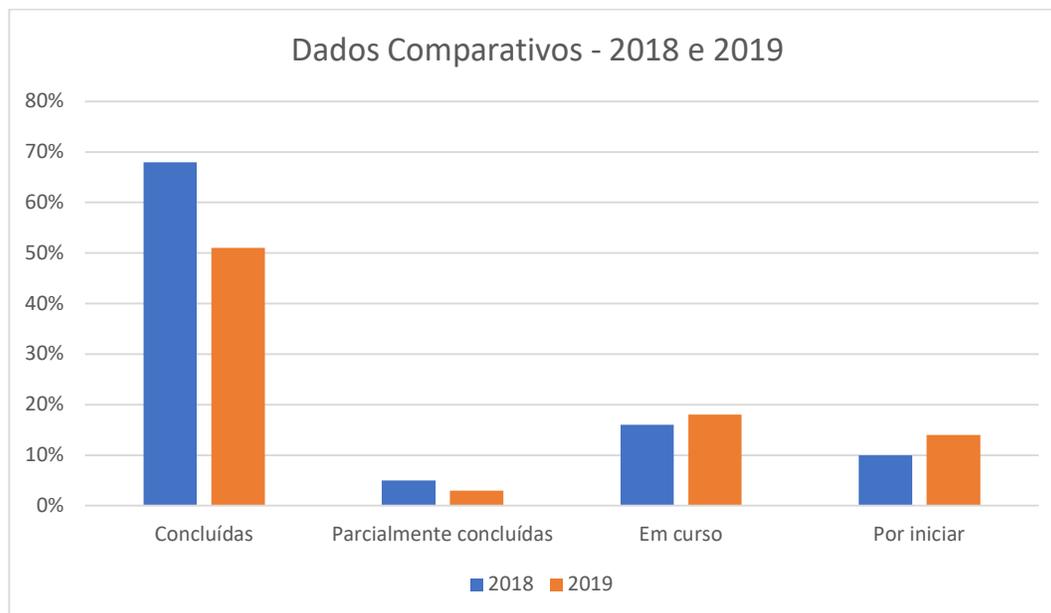


Gráfico 18 – Dados comparativos - Medidas 2018 e 2019

Face aos dados apresentados constatamos que, o ano de 2019, não foi tão eficaz face a 2018, tendo resultado num retrocesso na dinâmica das medidas e, conseqüentemente, na sua implementação e execução.

## Considerações finais

Este segundo ano de vigência do PNJ foi um ano de consolidação do funcionamento e metodologia, necessários e adequados, à função de coordenação deste instrumento político da transversalidade das políticas de juventude em Portugal.

A experiência do primeiro ano, a resolução de algumas dificuldades metodológicas identificadas na altura, a proximidade de trabalho com os pontos focais das diferentes Áreas Governativas / entidades envolvidas e a capacidade de gerir as lacunas existentes do PNJ (ex: inexistência de indicador e metas em algumas medidas; indicadores e metas desadequadas), facilitaram todo o processo de avaliação anual, inerente ao Relatório Intercalar, que agora se apresenta.

Conscientes que ainda há que limar “algumas arestas”, mas confiantes que a plataforma informática, cuja criação e instalação está atualmente em curso, vai contribuir para facilitar, quer o trabalho dos pontos focais (que reportam informação), quer o trabalho do IPDJ, I.P. (que analisa os dados e avalia os resultados), atingiremos um nível de maturação que contribuirá para a eficácia, eficiência e a qualidade do trabalho desenvolvido por todos os intervenientes.

Analisando os dados quantitativos e qualitativos disponíveis e os resultados apresentados dos primeiros dois anos de vigência do PNJ, podemos concluir que este Plano Nacional, enquanto documento estratégico nacional para a área da Juventude tem vindo a mostrar-se adequado e com um nível de desempenho acima da média.

Efetivamente, os dados apresentados quanto aos níveis de execução das medidas que integraram o Plano de Ação de 2019, mostram-nos que a esmagadora maioria dos Domínios-Chave, Temas-Chave e Planos de Ação Sectoriais se posicionaram nos níveis de desempenho: **Satisfatório** - Educação Formal e Não Formal (52%); Emprego (54,5%); Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (71%); Governança e Participação (73%); Defesa (69%) e Desporto (67%) e **Bom** – Saúde (75%); Igualdade e Inclusão Social (80%); Administração Interna (82%); Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural (83%); Cultura (92%) e Mar (75%).

Destacam-se o Domínio -Chave Habitação com um nível de desempenho **Excelente** (100%), com a totalidade das medidas em funcionamento e o Plano de Ação Sectorial da Justiça com um nível de execução **Insuficiente** (33%), na medida em que, das 5 medidas, apenas uma foi executada, tendo ficado 2 medidas *por iniciar* e 2 medidas que foram canceladas

pela Comissão Europeia, como pode ser verificado na Tabela de Reporte, anexa ao presente Relatório Intercalar.

De mencionar que os resultados desta avaliação do PNJ concorrem e refletem-se, igualmente, noutras agendas, estratégias /planos nacionais, tais como a Agenda 2030, através da evidência dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, numa perspetiva de alinhamento de políticas nacionais no âmbito da Juventude.

## LISTA DE ABREVIATURAS

ACM, I.P.	Alto Comissariado para as Migrações, I. P.
AG PDR 2020	Autoridade de Gestão do PDR 2020
AICEP, E. P. E.	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E.
AMA	Agência para a Modernização Administrativa, I.P.
ANESPO	Associação Nacional de Escolas Profissionais
ANMP	Associação Nacional de Municípios Portugueses
ANPC	Autoridade Nacional de Proteção Civil
ANSR	Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária
ANQEP, I.P.	Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P.
ANSR	Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária
APA, I.P.	Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.
ARS	Administrações Regionais de Saúde
CDNJ	Centro Desportivo Nacional do Jamor
CE	Centros Educativos
CES	Corpo Europeu de Solidariedade
CESD	Colégio Europeu de Segurança e Defesa
CFD	Centros de Formação Desportiva
CIEJD	Centro de Informação Europeia Jacques Delors
CIG	Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género
CITI	Centro de Investigação para as Tecnologias Interativas
CNPDPJ	Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens
COP	Comité Olímpico de Portugal
CPCJ	Comissões de Proteção de Crianças e Jovens
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPN	Comparticipação Pública Nacional
DGADR	Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DGAE	Direção-Geral da Administração Escolar
DGAEP	Direção-Geral da Administração e do Emprego Público
DGE	Direção-Geral da Educação
DGEEC	Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência
DGES	Direção-Geral de Ensino Superior
DGestE	Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares
DGPC	Direção-Geral do Património Cultural
DGPJ	Direção-Geral da Política de Justiça
DGRDN	Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
DGRSP	Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
DGS	Direção-Geral de Saúde

DL	Decreto-Lei
DRCN	Direção Regional da Cultura do Norte
ENEC	Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania
ENIND	Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030
ERYICA	<i>The European Youth Information and Counselling Agency</i> - Agência Europeia de Informação e Aconselhamento para Jovens
FADU	Federação Académica do Desporto Universitário
FCT	Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.
FMH	Faculdade de Motricidade Humana
GEPAC	Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais
GJ	Garantia Jovem
GNR	Guarda Nacional Republicana
IAPMEI, I.P.	Agência para a Competitividade e Inovação, I. P.
ICNF	Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas
IEFP, I.P.	Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P.
IES	Instituições de Ensino Superior
IHRU	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
IMH	Igualdade entre Mulheres e Homens
IMT	Instituto da Mobilidade e dos Transportes
INA, I.P.	Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas
INE, I.P.	Instituto Nacional de Estatística, INE, I.P.
INIAV, I.P.	Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P.
INR, I.P.	Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P.
IPDJ, I.P.	Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P.
IPMA, I.P.	Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
IRHU, I.P.	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P.
IRN	Instituto de Registos e Notariado
ISS, I.P.	Instituto da Segurança Social, I. P.
IVV, I.P.	Instituto da Vinha e do Vinho, I. P.
JA	Jovem Empresário Rural
JER	Instituto da Vinha e do Vinho, I. P.
LGBTI	Lésbica, <i>Gay</i> , Bissexual, Trans e Intersexo
MAFDR	Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural
MAI	Ministério da Administração Interna
MATE	Ministério do Ambiente e Transição Energética
MC	Ministério da Cultura
MCTES	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

MDN	Ministério da Defesa Nacional
ME	Ministério da Economia
MEDU	Ministério da Educação
MF	Ministério das Finanças
MGF	Mutilação Genital Feminina
MJ	Ministério da Justiça
MM	Ministério do Mar
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
Movijovem	Movijovem – Mobilidade Juvenil, Cooperativa de Interesse Público e Responsabilidade Limitada
MPI	Ministério do Planeamento e Infraestruturas
MPMA	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
MS	Ministério da Saúde
MTSSS	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
NGPH	Nova Geração de Políticas de Habitação
ODS	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
OE	Orçamento do Estado
ONG	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OPART	OPART – Organismo de Produção Artística, E.P.E.
OPC	Órgãos de Polícia Criminal
OPRE	Programa Operacional de Promoção da Educação
PA	Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória
PAA	Programa de Arrendamento Acessível
PDR2020	Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020
PE	Programa Escolhas
PGR	Procuradoria-Geral da República
PNED	Plano Nacional de Ética no Desporto
PNJ	Plano Nacional para a Juventude
PNL	Plano Nacional de Leitura
PO	Programa Operacional
PSP	Polícia de Segurança Pública
RBE	Rede de Bibliotecas Escolares
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
RNAJ	Registo Nacional de Associações Juvenis
RNAVVD	Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica
RV	Regime Voluntário
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SGMAI	Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna
SICAD	Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências
TeSP	Cursos Técnicos Superiores Profissionais
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UAARE	Unidades de Apoio ao Alto Rendimento nas Escolas
UE	União Europeia
UNL	Universidade Nova de Lisboa

**Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.**  
**Divisão de Modernização Administrativa e Desenvolvimento Organizacional**  
Maio de 2020